EM CONSTRUÇÃO arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência

DOI: 10.12957/emconstrucao.2018.37665

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao

A crise política brasileira dos anos 2000 e o governo de Michel Temer

The Brazilian political crisis of the years 2000 and the government of Michel Temer

Vitor de Moraes Peixoto

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

moraespeixoto@gmail.com

Ralph André Crespo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

pr.ralph@yahoo.com.br

Recebido em 02/10/2018
Aceito em 25/11/2018

Resumo

Nos últimos anos o Brasil tem experimentado sucessivas crises políticas. O governo Temer teve sua primeira crise política com a divulgação do áudio de uma conversa entre o então presidente e o empresário Joesley Batista. O governo que se autodeclarava como solução da crise iniciada nos últimos anos dos governos do PT, acabou por iniciar uma nova crise, o que comprometeu alianças partidárias e, consequentemente, a coalizão governista. Este trabalho visa discutir a crise política brasileira dos últimos anos. Analisar-se-á os conceitos de crise, especialmente de crise política; o cenário político que antecedeu ao governo Temer e as consequências políticas trazidas pela divulgação do áudio.

Palavras-chave: Crise; crise política; governo Michel Temer; Joesley Batista

Abstract

In recent years Brazil has experienced successive political crises. The Temer government had its first political crisis with the announcement of the audio of a conversation between the then president and businessman Joesley Batista. The government that declared itself as a solution to the crisis that had begun in the last years of the PT governments ended up starting a new crisis, which compromised party alliances and, consequently, the governing coalition. This paper aims to discuss the Brazilian political crisis of recent years. It will analyze the concepts of crisis, especially political crisis; the political scenario that preceded the Temer government and the political consequences brought about by the dissemination of audio.

Keywords: Crisis; political crisis; government Michel Temer; Joesley Batista

Introdução

O Brasil tem sido cenário de grandes ocorrências sociais e políticas, envolvendo diversas instituições democráticas, como o julgamento da ação 470, popularmente conhecida por "Mensalão", as manifestações populares de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff, a condenação e prisão de um ex-presidente da República por corrupção, dentre outras. Estas ocorrências têm repercutido em diversas esferas da sociedade brasileira e despertado interesse de pesquisadores, historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos sobre a origem, desenvolvimento e a repercussão dessas ocorrências.

Embora muito presente no dia a dia da sociedade, seja por viver na pele as suas consequências, seja por ouvir informações veiculadas na mídia ou por discutir em arenas formais ou não de debates, o tema crise mostra-se despertador de discussões, porém, percebe-se que é pouco compreendido.

O que é crise? Quais elementos definem que ela está presente? Crises são sempre processos negativos? Pode a solução de uma crise se tornar outra crise? Estas são algumas questões que se pretende discutir neste trabalho, tendo como ponto central para análise a crise política experimentada no Brasil nos últimos anos (2006 – 2018), especificamente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Para além do senso comum, onde distorções conceituais são mais facilmente encontradas, há trabalhos sendo desenvolvidos no meio acadêmico sobre esta temática, frutos de observações, empiria e discussões teóricas sobre a mesma. Alguns destes trabalhos serão apresentados aqui como os desenvolvidos por SAUL, 2001; MENDES, 2001; DOBRY, 2014; BAUMAN e BORDONI, 2016.

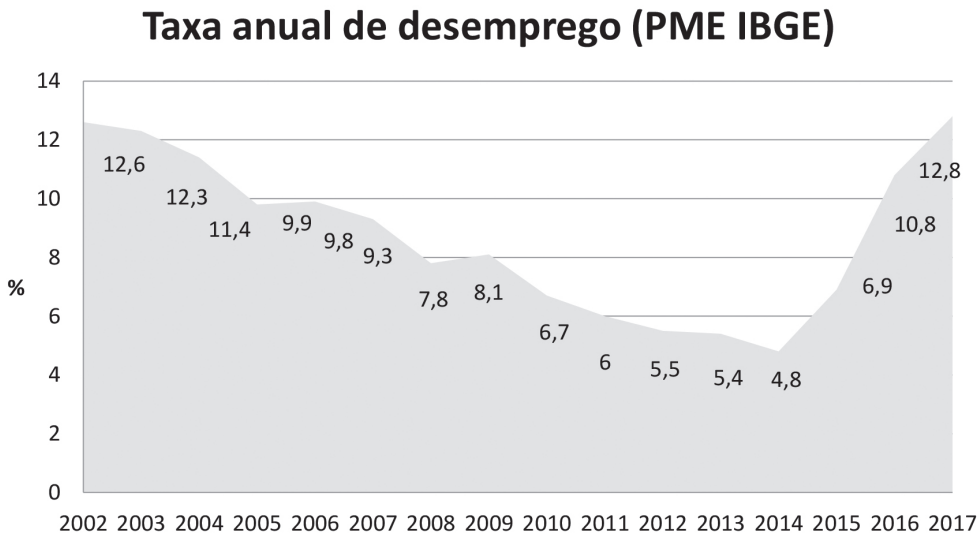
Pensar na crise política é pensar em questões como representação política e legitimidade. Desta forma, percebe-se a complexidade da mesma e sua importância para o desenvolvimento e consolidação da democracia. Assim, mostra-se relevante a discussão desta temática.

I. O cenário da crise política brasileira: do Impeachment aos áudios da JBS

Brasil, o país do futuro. Esta é uma expressão muito difundida e que encheu (e talvez ainda encha) os brasileiros de esperança de um futuro melhor, com condições mais favoráveis econômica e socialmente. No entanto, poucos sabem a origem desta expressão. Trata-se de uma expressão adaptada do título de um livro do autor judeu-austríaco Stefan Zweig, que veio morar no Brasil fugindo da perseguição nazista. O título da obra era: Brasil, um país do futuro (ZWEIG, 1956).

Começou-se a acreditar (e muitos ainda acreditam) que o Brasil viveria tempos em que consolidaria política, econômica e socialmente no âmbito interno e teria destaque no cenário internacional. Passados muitos anos, ainda se espera que o futuro promissor e de destaque do Brasil ainda se torne uma realidade. Durante um período alguns acreditaram que este futuro havia chegado. Após os primeiros anos da redemocratização do país, e um período de grande instabilidade econômica e de indicadores sociais ruins, passou-se a experimentar um controle da inflação, uma certa estabilidade econômica e o atendimento de demandas sociais. Tudo colaborava para colocar o Brasil em um lugar de destaque e assumir importante papel no cenário internacional.

Entre 2002 e 2012, o Brasil começou a experimentar uma redução na taxa de desemprego, conforme apresentado no gráfico na página seguinte.

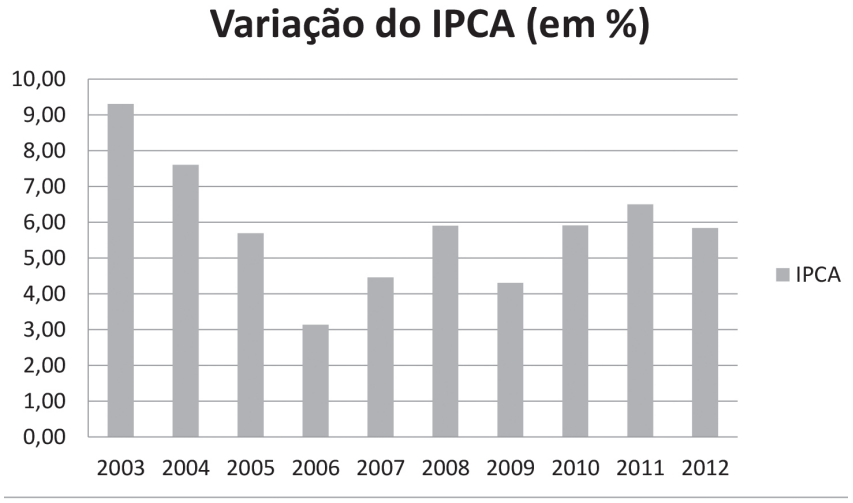


Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE)

A atividade industrial estava se desenvolvendo. Destaca-se aqui o desenvolvimento das atividades da indústria naval. O setor cresceu 19,5% entre 2000 e 2012 com investimentos em torno de R$ 149,5 bilhões. A maior parte desse investimento foi realizada pela Petrobras em projetos da companhia para a construção de plataformas e navios para exploração e produção de petróleo em áreas mais afastadas do continente (águas profundas). Com a atividade da indústria naval em alta, observou-se um aumento do número de trabalhadores do setor. O levantamento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou para um aumento de 165% no número de empregados na indústria naval em 2012 (PARISI, 2014).

O Coeficiente de Gini, que é uma medida da desigualdade, em 2012, de acordo com os dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), teve um resultado considerado bom, ficou em 0,522. A redução desse coeficiente estava seguindo uma tendência de queda. De 2003 a 2011, o índice caia em média 1,2% ao ano e entre 2011 e 2012 a queda registrada foi 1,69%. Noticiava-se ainda que a renda média dos brasileiros seguia em forte alta[1].

A inflação encontrava-se controlada, embora não apresentasse, como a taxa de desemprego e o coeficiente Gini uma série de queda, indicando uma tendência. Este fato pode ser verificado no gráfico a seguir. Ele mostra o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o índice considerado como a "inflação oficial" do país.



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE.

1 http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16494&Itemid=2

Notícias como "Brasil registra avanços no combate à fome; programas sociais são referência internacional"[2], em 09/10/2012, também eram divulgadas na mídia e colaboravam para a crença por parte de muitos que o "Brasil, o país do futuro" havia chegado.

Apesar deste quadro, fato é que não eram só boas notícias que se ouviam na mídia. O escândalo do "mensalão", por exemplo, trouxe certa desconfiança ao governo do PT, pois parte dos envolvidos pertenciam ao referido partido e ao governo. Práticas de políticos foram expostas, o que trouxe questionamentos quanto à legitimidade dos mesmos e aumentou a desconfiança sobre estes. Em 2007 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os denunciados, o que resultou em prisões e perdas de mandatos de vários políticos.

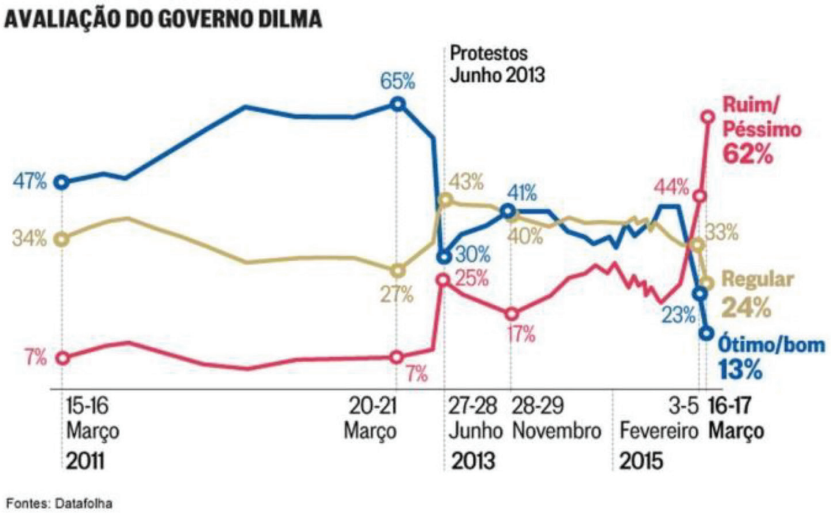
Apesar disso, o PT continuava no poder. Lula após a sua reeleição (2006) consegue eleger Dilma Rousseff como sua sucessora, em 2010, com o discurso da continuidade do processo de avanço e consolidação das conquistas sociais e econômicas experimentadas nos últimos anos durante seu governo.

Em 2013, o quadro de satisfação e aceitação da realidade social, política e econômica começou a mudar. Em junho daquele ano as ruas do Brasil foram tomadas por grandes protestos. Inicialmente os protestos foram contra os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas grandes capitais. A forte repressão policial aos primeiros protestos colaborou para que os mesmos ganhassem apoio popular e o número de participantes aumentava nas ruas do país a cada manifestação. Manifestações ocorreram também fora do Brasil.

Outros temas como os gastos públicos nos grandes eventos esportivos internacionais que o Brasil sediaria; a má qualidade dos serviços públicos; baixos salários dos professores e a indignação com a corrupção política foram levados às ruas conforme o número de manifestantes aumentava.

Buscando conter a onda de manifestações, o governo anunciou várias medidas para tentar atender às reivindicações dos manifestantes. Algumas das medidas dependeram de aprovação (votação) pelo Congresso Nacional, o que acarretou em negociações políticas e inevitavelmente alguns desgastes. O próprio Congresso Nacional também teve que dar conta de algumas questões que faziam parte da agenda das manifestações e as quais lhe competia responder.

Com estas manifestações a popularidade da então presidente Dilma Rousseff sofreu grande abalo. Ela enfrentava ainda problemas políticos na base aliada de seu governo. Notícias como "Ausência de Temer em evento petista expõe insatisfação do PMDB" divulgado no site Terra[3] em 21/02/2013 e "Insatisfação na base aliada preocupa Dilma" divulgada no site de *O Globo*[4] em 04/08/2013, mostravam as dificuldades políticas enfrentadas pelo governo naquele momento, o que refletiu na avaliação do governo como se observa no gráfico abaixo publicado pelo jornal *O Globo* com dados do Instituto Datafolha.



2 www.cartacapital.com.br/sociedade
3 www.terra.com.br/noticias/brasil/política
4 https://oglobo.globo.com/brasil

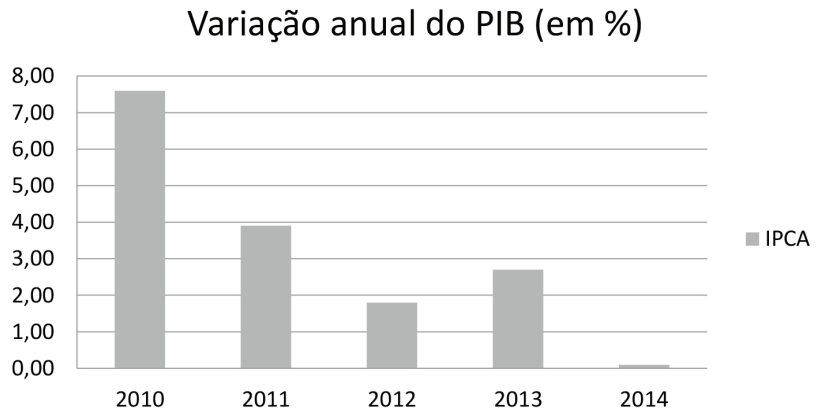
Apesar de toda essa conjuntura, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger em 2014, em uma disputa acirrada com Aécio Neves. Fato é que, mesmo tendo conseguido se reeleger, a popularidade, confiança social e a condição de governabilidade da presidente Dilma Rousseff não foi mais a mesma, e ela não conseguiu se recuperar. O entusiasmo dos anos anteriores foi dando lugar ao descrédito, dúvidas e incertezas. No primeiro mês do segundo governo, a presidenta já foi acusada por seus opositores de "estelionato eleitoral" ao implementar uma agenda de política de ajuste fiscal e nomear para a pasta da Fazenda o ministro Joaquim Levy, considerado um economista ortodoxo. Mesmo os petistas reagiram à mudança de política após as eleições e ameaçaram abandonar o governo.

O nome de Dilma Rousseff foi envolvido em um escândalo relacionado à compra de uma refinaria de petróleo nos Estados Unidos (Pasadena) quando ela ainda pertencia ao Conselho Administrativo da Petrobras. Notícias como "Dilma assinou compra que rendeu prejuízo de US$ 1 bilhão à Petrobras" do site Gazeta do Povo[5] em 19/03/2014, passaram a ser divulgadas na mídia, trazendo mais desgaste à imagem já deteriorada da presidente Dilma.

Setores econômicos insatisfeitos com a política econômica adotada e a oposição, dentre outros grupos, viram na fragilidade que se encontrava o governo uma oportunidade de terem mais espaço e até mesmo assumirem o poder, pois com sua reeleição, anunciavam-se mais 4 anos do PT no poder.

Estando o governo sob forte ataque da oposição e dos descontentes com as políticas adotadas, a economia a viver um período de crise (puxada pela crise econômica mundial) e sem conseguir se organizar internamente para resistir aos ataques, um quadro político complicado se desenhou. Dilma Rousseff passou a ser vista como um entrave para a retomada do crescimento econômico do país.

A economia brasileira não crescia mais no mesmo ritmo. Em 2014 o resultado foi o pior desde 2009, ano da crise internacional, conforme se verifica no gráfico abaixo.



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE

Os problemas na base aliada continuavam e derrotas no Congresso Nacional eram experimentadas pela presidente Dilma Rousseff. Uma dessas derrotas seria determinante para o futuro de seu governo. A nova legislatura do Congresso Nacional começou com a eleição do presidente da Câmara dos deputados. O presidente da Câmara tem a competência de definir o que irá à votação na Casa, interferir na instalação de CPIs e de processos de impeachment, dentre outras competências. Nesta ocasião a disputa foi vencida pelo então deputado Eduardo Cunha, do PMDB, que já havia trazido algumas dificuldades ao governo de Dilma Rousseff no primeiro mandato. Cunha venceu o deputado Arlindo Chinaglia do PT e que era apoiado pelo Governo.

Para deixar ainda mais complexo o quadro político, foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 17 de

5 www.gazetadopovo.com.br/vida-publica

março de 2014, a chamada "Operação Lava-jato". Tendo inicialmente o objetivo de investigar a ação ilegal de doleiros, pouco a pouco as investigações foram se desdobrando e atingindo diversos políticos e empresários de destaque no cenário político e econômico nacional. Através desta operação, um engenhoso esquema de corrupção na Petrobras foi revelado, levando a diversas prisões.

Surge ainda a acusação de que a presidente Dilma havia cometido crime de responsabilidade fiscal através das chamadas "pedaladas fiscais". Manifestações populares voltaram a tomar as ruas em todo Brasil em 2015, protestando contra o governo Dilma e defendendo a "Operação Lava-jato". Naquele mesmo ano, 34 pedidos de impeachment de Dilma Rousseff foram apresentados à Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, após ter sido abandonado pelo Partido dos Trabalhadores na Comissão de Ética, imediatamente autorizou o prosseguimento de um dos pedidos de impeachment. No desenrolar do processo, a presidente foi afastada do cargo e o então vice-presidente, Michel Temer, assume provisoriamente o governo. Ao final do julgamento em 2016, o Senado Federal confirmou a perda do mandato de Dilma Rousseff.

Com a saída de Dilma, Michel Temer assume definitivamente a Presidência da República, com grandes desafios. A dívida bruta do país superava 70% do PIB, sendo a maior entre os países da América Latina. A dívida havia crescido principalmente durante o governo de Dilma Rousseff. O desemprego no Brasil aumentava e havia alcançado índices elevados. A crise na Petrobras, os desinvestimentos e redução da atividade na indústria naval, colaboravam para o aumento do desemprego.

A reforma trabalhista e da previdência social, a reforma política e reforma tributária foram apresentadas pela nova coalização governista como necessárias para solução de problemas econômicos e políticos; contudo, mostravam-se impopulares e constituíam um aparente impasse para o início do novo governo. Esse novo governo tinha, portanto, o discurso de ser a solução para a crise que o Brasil experimentava após os anos de confiança de que o "Brasil, o país do futuro" havia chegado.

Era o agora presidente Michel Temer apontado como a solução para crise brasileira e se autodenominou "ponte para o futuro". Isso pode ser percebido pelo fato de que ele assumiu o governo sustentado pela base política que havia sido derrotada (pela chapa que ele havia composto junto com Dilma Rousseff) nas eleições de 2014, especialmente o PSDB.

Michel Temer não tinha sua imagem associada com o PT, ele não era visto como o PT, como o governo do PT, como o governo Dilma Rousseff, mas como a solução para se tirar o PT e Dilma Rousseff do poder. Estes eram apontados como as causas da crise brasileira, e Michel Temer era a solução. Porém, isso começou a mudar e a solução da crise, tornou-se uma nova crise. Ou seria a mesma crise?

Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni afirmam:

> Quando uma crise acaba, outra, que nesse ínterim chegou roendo nossos calcanhares, entra em cena e toma seu lugar. Ou talvez se trate da mesma imensa crise que alimenta a si mesma e muda com o tempo, transformando e regenerando a si própria como uma entidade teratogênica monstruosa (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 10).

No caso da crise enfrentada pelo governo Temer, parece que se trata da mesma crise, alimentada pelo mesmo sistema e que mudou apenas parte dos protagonistas (atores) ou suas posições no jogo político. Alguns meses após assumir definitivamente a presidência da República, a divulgação de um áudio da conversa de Michel Temer com Joesley Batista, instaura a primeira grande crise política do novo governo e revela a dificuldade de sair da crise que se apresentava no Brasil.

Mas o que é crise? Oportuno discutir aspectos conceituais e estruturantes da crise para que se possa entender melhor a realidade brasileira ao aproximar o fim deste mandato de Michel Temer.

II. Uma breve discussão sobre os conceitos de crise e seus elementos estruturantes

Poucos vocábulos são tão utilizados hoje e ocupam a mídia e rodas de conversas como o vocábulo crise. Em muitos grupos, sejam formais ou não, fala-se, discute-se e sugerem-se soluções para as mais diversas crises – crise econômica, política, ministerial, partidária, crise no judiciário, na segurança pública, na saúde, na educação, no governo, na base aliada, etc.

O termo crise vem do grego *krisis* e *krinein* que significam, respectivamente, discriminação e decisão. Desta forma, o termo trazia a ideia de processos de decisão e julgamento, no sentido de uma tomada de posição na solução, explicação e interpretação de determinado evento (MENDES, 2001).

O termo, porém, perdeu seu potencial explicativo ao longo do tempo. Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni destacam este fato e afirmam que "algum tempo atrás a palavra 'crise' perdeu o seu significado" (BAUMAN e BORDONI, 2016, p.10). Antônio Mira Marques Mendes, no entanto, resgata esse sentido original e diz:

> (...) consideramos crise um momento no qual o sentido de um processo se manifesta e que exige que ações determinadas de escolha, julgamento, decisão e interpretação sejam realizadas para que ele, processo, se desenvolva e esclareça até o fim e que a ação a ser realizada seja aquela que permita a compreensão e conclusão do processo. Uma crise indica, então, uma capacidade de distinguir, julgar, escolher e decidir numa situação de conflito e de contradição inerente à ação humana (MENDES, 2001, p.766).

Carlos Bastien (1989) destaca que a ideia de crise parece ter sido "importada" das ciências médicas. Bauman e Bordoni afirmam que a ideia de crise "foi cunhada para denotar o momento no qual o futuro paciente estava na balança, e o médico tinha que decidir que caminho tomar e que tratamento aplicar para levar o doente à convalescência" (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 16).

Em momentos de crise é assim que se age. Ao estar diante de uma situação crítica, faz-se necessário tomar decisões sobre qual direção, qual caminho seguir para sair daquela condição. É necessário "escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com presteza" (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 16), o que vai de encontro com a ideia de crise resgatada por Mendes (2001) e apresentada anteriormente.

Atualmente, muito do que as pessoas conversam sobre crise se refere às concepções extraídas do senso comum, onde normalmente a crise assume a ideia de ser uma inesperada, eventual e, aparentemente, temporária ruptura de harmonias e equilíbrios dos diversos sistemas e segmentos. Em outras palavras, a crise pode ser entendida como uma quebra de estabilidade, ou da normalidade de um sistema, de disponibilidade de recursos, de uma instituição ou de uma circunstância social. Ao pensar em crise desta forma, justificam-se as expressões como: crise hídrica, crise energética, crise institucional, etc. Outra ideia relacionada ao conceito de crise é que ela é uma circunstância que dá início a novas formas de pensar e repensar uma ideologia ou um modelo de ideias e estruturas vigentes até então; daí, fala-se em crise do capitalismo, crise da democracia, crise ideológica, crise de valores, etc.

Ainda sobre as questões conceituais, Mendes afirma que na "definição mais corrente de crise ela significa fase grave, complicada, difícil, um momento de tensão ou de impasse na vida de uma pessoa, de um grupo social, na evolução de determinadas situações" (MENDES, 2001, p.765). Com base nesta definição, entende-se então a ideia de crise familiar, crise da adolescência, crise matrimonial, etc.

Diz ainda Mendes que crise é:

> Um fenômeno que afeta, profundamente, o desenvolvimento das atividades normais de uma instituição, afastando-a das suas visão e missão fundamentais definidas pelos seus responsáveis, e das expectativas sociais sobre ela colocadas publicamente (MENDES, 2001, p.766).

Conforme esta definição percebe-se que as atividades de instituições democráticas, como os partidos políticos, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a própria presidência da República, quando se afastam de suas funções e das expectativas depositadas, seja social ou legalmente, acabam por comprometerem suas atividades e desta forma entram em crise. Algumas destas instituições comprometem não somente a si, mas a todo o sistema a qual estão vinculadas, ampliando assim suas crises e as estendendo a todo sistema. Aí, fala-se em crise política, crise do judiciário, crise econômica, etc.

Embora seja possível perceber que na maioria das conversas prevalecem as concepções do senso comum, fato é que as discussões sobre crise não se restringem a este, como se verificou em estudos como o de Karl Marx e outros que aqui foram ou serão citados. Destaca Bastien que:

> A noção de crise não é, pois apenas um momento privilegiado pelos discursos construídos no âmbito do senso comum, ou dos discursos científicos que de um modo imediato tentam influenciar e incorporar aqueles; ao contrário, aquela palavra pode também assinalar objetos teóricos específicos, construídos no interior das diversas áreas disciplinares que compõem o grande continente das ciências sociais (BASTIEN, 1989, pp. 11-12).

Carlos Bastien cita contribuições de pesquisadores como Poulantzas (1976) no terreno das ciências políticas, Habermas (1976) na esfera das ideologias, Robinson (1978) na perspectiva da história do pensamento econômico, dentre outros, que se dedicaram a observar a crise em suas áreas de pesquisa (BASTIEN, 1989).

Embora seja possível imaginar que crises sempre existiram, as análises das mesmas começaram a ser mais frequentes nos séculos XVII e XVIII, quando surge pela primeira vez a expressão "crise econômica". No entanto, foi no século XIX, que a noção de crise assume maior relevância e significação. É neste período que Karl Marx pela primeira vez propõe uma abordagem teórica, ainda que não completa, sobre o tema (BASTIEN, 1989).

> Os autores clássicos da sociologia acolheram em suas preocupações os temas da permanência e da mudança social. Marx, Durkheim e Weber produziram caminhos distintos, nem sempre incomunicáveis, para entender tais questões. Contudo, é na produção marxista que encontramos o uso do termo crise com vigor. Esse vigor advém da associação entre o termo e a possível ruptura das relações que sustentam a sociedade capitalista (CAMPOS, 2013, p.1).

Em sua análise sobre o capitalismo, Marx observa que na estruturação capitalista havia crises cíclicas que traziam rupturas e bruscas desarticulações nas relações do sistema. Marx observou que estas crises se fundamentavam nas contradições estabelecidas no próprio sistema. A primeira contradição a se destacar aqui, relaciona os proprietários dos meios de produção e os agentes responsáveis pelas decisões econômicas. Os interesses e necessidades dos primeiros poderiam não estar alinhados com as decisões tomadas pelos segundos. Tal situação caracteriza a possibilidade formal de ocorrer uma crise, uma vez que os proprietários dos meios de produção poderiam "quebrar" diante das políticas econômicas adotadas que os prejudicassem.

A segunda contradição relaciona os detentores dos meios de produção e os consumidores. Trata-se de um desejo crescente dos proprietários dos meios de produção em terem maior lucro, o que leva ao aumento da produção e, consequentemente, aumento da oferta. Porém, para dar vazão à oferta, faz-se necessário um mercado consumidor com recursos financeiros para comprar. No entanto, o mercado consumidor era composto em sua maioria de operários que tinham baixos salários pagos pelos proprietários dos meios de produção. Assim, aumentava-se a oferta, mas não havia mercado consumidor para dar conta da oferta. Essa contradição mostrava a necessidade de uma crise para realinhar as relações entre produção e consumo. Com base na relação econômica que Marx estabeleceu uma abordagem teórica sobre o tema e afirmou que as crises se apresentam como soluções sempre violentas e momentâneas para as contradições existentes, ou seja, são violentos acontecimentos que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado (MARX, 1987).

Como dito anteriormente, Mendes (2001) reformulou seu conceito de crise. Ao ampliar a análise o pesquisador novamente deixou claro sua interpretação sobre a crise e suas consequências.

> Uma crise é sobretudo um fenômeno perceptivo desenvolvido por terceiros sobre um agente que se vê/está envolvido num acontecimento ou ação imprevisível, que tem um potencial destrutivo ou de ruptura sobre um sistema social instalado e de referência. Por esta razão uma crise é uma realidade pública que implica a interpretação por parte de terceiros (...). Externamente uma crise é ainda uma realidade que se traduz por uma quebra de expectativas sociais depositadas sobre o (s) agente (s) que colocam em causa a sua reputação e a sua legitimidade e, consequentemente, a sua capacidade para continuar a desenvolver as suas atividades e intervenções como até então ocorrera (...) (MENDES, 2001, p.767).

Mesmo reformulando seu conceito, Mendes (2001) não invalidou os elementos estruturantes do conceito de crise que já havia apresentado. Sobre os elementos estruturantes dos conceitos e ideias de crise passa-se a fazer algumas considerações a partir daqui sobre estes.

Um dos principais elementos estruturantes do conceito é a *ruptura*. Claude Dubar em Conferência afirmou que uma crise é "uma ruptura, uma mudança brutal, uma 'decisão' que rompe, desestabiliza e desequilibra" (DUBAR, 2011, p.175). Percebe-se que a definição de crise para o pesquisador é o próprio elemento estruturante. Diverge-se do referido autor, pois se entende que a ruptura pode ser total (conforme apresentado pelo autor) ou parcial. É total quando se percebe que o estado ao final da crise é totalmente diferente do estado anterior à mesma. Aqui se apropria de outra ideia relacionada à ruptura que é a transitoriedade que ocorre necessariamente em processos de rupturas.

Bauman e Bordoni afirmam que "a noção de 'crise' transmite a imagem de um momento de transição de uma condição anterior para uma nova" (BAUMAN e BORDONI, 2016, p.11). Em outras palavras, circunstâncias e pessoas envolvidas na crise são levadas a condições diversas daquelas observadas antes e no período da crise. Desta forma, elas serviriam como pontes entre dois momentos distintos. Por exemplo, uma crise enfrentada em uma monarquia que leva à república; uma crise enfrentada em um governo de direita que leva à esquerda ao poder.

Diverge-se aqui de Bauman e Bordoni quando estes analisam a transição para os momentos distintos da crise e afirmam que essa transição "se presta necessariamente ao crescimento, como prelúdio de uma melhoria para um status diferente" (BAUMAN e BORDONI, 2016, p.11). A condição de melhoria apresenta-se relativa. Concorda-se que uma nova condição se estabelecerá, mas esta nova condição nem sempre se apresentará como uma condição melhor. Essa concepção reflete a ideia de crise "importada" das ciências médicas, em que, ao final do tratamento médico, a condição do paciente apresentar-se-ia melhor.

A ruptura pode ainda ser parcial. Neste caso, observa-se que mudanças ocorrem, mas em função de rearranjos. Ou seja, percebe-se que o momento final da crise é marcado por uma acomodação, um rearranjo das circunstâncias, mas sem a ruptura, propriamente dita, com as circunstâncias iniciais. Por exemplo, crise em um parlamento que leva a um rearranjo político no apoio ao governo, mas não leva à queda deste governo.

Outro elemento estruturante dos conceitos e ideias de crise é a *temporalidade*. A crise apresenta-se para um determinado momento; espera-se que ela, após seu início, tenha um fim, daí serem comuns expressões como "entrar em crise" e "sair da crise", sugerindo a temporalidade da mesma. O tempo de duração da crise varia conforme a natureza desta, além das forças e atores envolvidos. Ao associar o elemento ruptura com o elemento temporalidade, pode-se afirmar que o tempo da crise é o tempo para que a ruptura total ocorra e uma nova e diferente condição seja estabelecida, ou é o tempo em que rearranjos e acomodações circunstanciais ocorram restabelecendo assim a normalidade que havia sido perturbada.

Há ainda um terceiro elemento estruturante do conceito de crise – a *conflitualidade*. O pesquisador Renato Saul afirma que "a noção de crise indica o momento agudo de um processo, que ocorre como resultante da atuação simultânea de forças sociais concretas e antagônicas, atuando como energias degenerativas e regenerativas, ao mesmo tempo" (SAUL, 2001, p.223).

No desenvolver da crise percebe-se mais facilmente a tensão estabelecida. Ou seja, os conflitos, uma vez que as forças opostas se posicionam e cobranças são realizadas para que se alcance o fim da mesma. Em tempos de crise as partes envolvidas tendem a redefinirem seus papéis e seus espaços na área que se encontra em crise. Essa ideia de momento de conflito está muito relacionada às análises apresentadas de Karl Marx sobre o tema.

Embora as análises atuais do conceito de crise tenham sido construídas com base na teoria econômica do capitalismo, este conceito não deixou de ser apropriado, debatido, adaptado e ampliado posteriormente no contexto de outras áreas teóricas. O desenvolvimento de novas noções de crise não significa definições particularizadas e diferenciadas para os diversos campos, uma vez que os "elementos" constituintes do conceito apresentam-se, em maior ou menor medida, nestes novos "tipos" de crise.

Hoje é possível identificar (classificar) diversas crises, conforme as áreas que as enfrentam. Foca-se neste trabalho na chamada crise política. Mas o que é crise política?

Tem-se uma tendência, pelo senso comum, de conceituar "crise política" em função do agente envolvido, ou seja, em função dos políticos. No entanto, entende-se que não é o simples fato de um ator, integrante do sistema político, estar envolvido em um evento de descontinuidade da normalidade social que caracteriza uma crise como política. Admite-se aqui que uma crise política não se centra nos agentes envolvidos, mas na natureza da violação ocorrida, ou seja, refere-se à violação dos princípios fundamentais da esfera política, dentre eles a legitimidade e a representatividade (MENDES, 2001). Assim, a responsabilidade da violação recai sobre o agente, mas a crise em si está na violação de princípios e fundamentos da política.

Assim como o vocábulo "crise" apresenta uma diversidade conceitual, a expressão crise política também tem. Um destes conceitos de crise política é apresentado na obra do sociólogo Michel Dobry, **Sociologia das crises políticas**. Nesta obra o autor afirma que as crises políticas são fenômenos que "levam, ou são suscetíveis de levar, a rupturas no funcionamento de instituições políticas (não necessariamente legítimas) próprias a um sistema social e que parecem ameaçar a persistência dessas instituições" (DOBRY, 2014, p.25). Dobry avalia as crises políticas sob pontos de análises diferentes de outros pesquisadores do tema. Ele não foca sua análise nas causas objetivas das crises; sua questão de análise se estabelece a partir do próprio desenvolvimento da crise, ou seja, sua dinâmica interna. O autor propõe:

> (...) um deslocamento do interesse teórico para o que está em jogo nos processos de crise, nos desferimentos das jogadas que neles intervêm, em detrimento das "causas", "determinantes" ou pré-condições" das crises, que supostamente a tudo explicam e, às vezes (mas os dois podem se acumular), em detrimento dos resultados ou subprodutos desses processos – tais quais, por exemplo, a queda de um regime, a guerra civil –, o compromisso leva a um "reequilíbrio" do sistema político, ou ainda, é claro, `"mudança" deste – categoria esta que é uma das que a tudo englobam e que está entre as mais acolhedoras que a Ciência Política dispõe (DOBRY, 2014, p.27).

As ideias e conceito de Dobry sobre crise política se apresentam como uma linha de estudo do tema chamada por Martuscelli (2016) de "conceito não marxista" e que se contrapõem a linha chamada pelo mesmo autor de "conceito marxista".

Como característica comum nos "conceitos marxistas" de crise política está a ideia de contradições e de conflitos. Marx, em seus trabalhos sobre a classe dominante, destaca que as práticas desta classe tem características que geram diversos tipos de crise política, entre estas características destacam-se a luta entre as diferentes frações de classe (e seus representantes políticos) e a dependência do aparelho de Estado para organizar a hegemonia política (GIL, 2003).

Ao considerar autores que se utilizam das ideias marxista na análise de crise política, Martuscelli (2016) destaca Poulantzas e Lenin e afirma que "uma crise política é definida por um conjunto articulado e complexo de contradições no domínio político, podendo, por isso, afetar o tipo de Estado, a forma de Estado, a forma de regime, a forma de governo etc." (MARTUSCELLI, 2016, p. 15).

Para além destas questões conceituais, entende-se que o governo de Michel Temer experimentou crises políticas e crises em outras áreas. Fato é que momentos de crises como os experimentados pelo referido governo, possuem momentos desencadeadores e passa-se a analisar a seguir um destes fatos geradores.

III. A primeira crise política do governo de Michel Temer

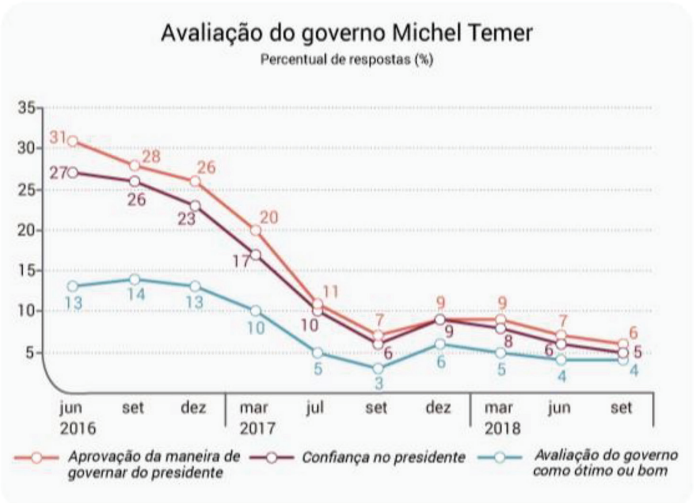
Em março de 2017, o empresário Joesley Batista gravou, com autorização da justiça, uma conversa entre ele e o presidente da República no palácio Jaburu, residência oficial do presidente Michel Temer. Esta gravação foi feita como parte das investigações da Operação Lava Jato, uma operação sem precedentes na história política do país que revelou (e tem revelado) esquemas de corrupção que envolveu diversos políticos e empresários brasileiros e até estrangeiros.

Em maio daquele mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou o áudio e teve início a primeira grande crise política do governo de Michel Temer. Nesta conversa que ocorreu nos "bastidores", utilizando-se das ideias de Erving Goffman, foram apresentadas práticas reprovadas social e politicamente (cujo enquadramento jurídico não se faz relevante para este trabalho) que trouxeram um momento de grandes dúvidas sobre as condições de governabilidade e sustentabilidade política do presidente Michel Temer.

Indubitavelmente, a revelação do referido áudio não inicia a crise política e a crise de representatividade experimentada no Brasil já há alguns anos, mas com certeza as agravaram. Esse momento de crise ocorreu logo após um período de grande desgaste político e social que foi o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. As gravações ocorreram cerca de seis meses após Temer ter sido empossado e foram divulgadas pouco mais de dois meses depois de terem ocorrido.

No dia da divulgação do áudio da conversa, o presidente Temer tentou mostrar certa normalidade e tranquilidade quanto aos fatos que estavam sendo divulgados. Inicialmente ele manteve a agenda do dia e tentou mostrar que o "governo não pode parar"; porém, ainda pela manhã daquele dia (18/05/17), cancelou toda a agenda. Certamente o que não se observou naquele dia e nos que se seguiram, foi normalidade que o presidente quis demonstrar.

A bolsa de valores brasileira abriu e fechou em queda de mais de 8%, sendo as maiores quedas observadas nas ações da Petrobras (queda de 20%) e da Vale (queda de 13%). O dólar fechou em alta de 8,15%. Movimentos como Frente Brasil Popular e o Vem Pra Rua começaram a se organizar para pedirem o impeachment e/ou a renúncia de Temer e a ideia de novas eleições começaram também a ganhar força. Pedidos de impeachment chegaram à Câmara, dentre eles um apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a legitimidade do presidente Temer era questionada. Os indicadores de avaliação do Governo Michel Temer começaram a despencar a partir de então, assim como a confiança da população no presidente da República.



Fonte: IBOPE/CNI divulgado pelo JornalGGN

Goffman afirmou que "quando descobrimos que alguém com quem lidamos é um impositor (...), estamos descobrindo que ele não tinha o direito de representar o papel que desempenhava e não era ocupante credenciado da importante posição social" (GOFFMAN, 2014, p. 72). Esse entendimento explica o desejo de que o presidente Temer deixasse o poder. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas, ainda no dia 18/05 (dia da divulgação do áudio), com 2.800 usuários de internet a partir de questionário online, mostrou que 86,9% dos que participaram da pesquisa acreditavam que o presidente Michel Temer deveria renunciar ao cargo[6].

Partidos políticos da base aliada do governo começaram a se manifestar e muitos se manifestavam pela saída do governo, como o PTN (hoje PODEMOS). Além destes, outros acabaram saindo do governo, PSB, PPS e PHS. O PSDB, que também experimentava uma crise interna por divulgação de áudios de conversas do seu então presidente, senador Aécio Neves, com o mesmo empresário Joesley Batista, estava dividido, alguns apoiando a saída do governo e outros a continuidade na base aliada.

Algumas agências de notícia divulgavam que em reunião com um grupo de parlamentares, o presidente Michel Temer afirmava que não deixaria o cargo, ou seja, não renunciaria[7].

Esperava-se por um pronunciamento do presidente e algumas alternativas para o futuro de Temer e seu governo começavam a ser especuladas, como a renúncia e o impeachment, o segundo a tramitar em uma mesma legislatura do Congresso Nacional. Temer fez um pronunciamento na tarde do dia 18/05 e afirmou: "Não renunciarei". E negou irregularidades. Negar e desacreditar foram as estratégias adotadas pelo por Temer em relação às informações divulgadas. Ele questionou as condições e as cláusulas da delação premiada de Joesley Batista; disse não ter acreditado nas declarações do empresário durante o encontro de março de 2017, no qual foi gravado; alegou que as gravações feitas eram ilegais, clandestinas e que haviam sido adulteradas.

Os discursos e declarações dos envolvidos nas conversas de bastidores e que seguiram nos noticiários, também mostraram a grandiosidade das ideias apresentadas por Goffman. Diz o autor que "o indivíduo que faz a comunicação tem o direito de negar que 'pretendia dizer alguma coisa' com sua ação, caso os receptores o acusem, frontalmente, de ter transmitido algo inaceitável (...)" (GOFFMAN, 2007, pp.207-208).

Depois da divulgação do áudio da conversa, o presidente Michel Temer foi denunciado e, por determinação constitucional, o prosseguimento da denúncia dependia da autorização da Câmara dos Deputados. Projetos e reformas que se apresentavam como a solução para a crise anterior ao governo Temer foram paralisados. O governo concentrou suas forças para manter uma base política que lhe garantisse barrar as denúncias e desta forma manter-se no poder. Em agosto de 2017, a denúncia foi barrada na Câmara dos Deputados, 261 deputados votaram apoiando o Presidente da República.

Com base nesta votação, estimava-se que a base aliada do governo na Câmara dos Deputados teve uma redução de quase 40% em relação ao período anterior à divulgação do áudio da conversa entre Joesley Batista e o presidente Michel Temer[8]. A queda da popularidade e da confiança, a diminuição de apoio político no Congresso, pressão da oposição, esforço para barrar o prosseguimento da denúncia no Congresso, dificuldades para dar continuidade às reformas, são alguns desdobramentos da crise política instalada após a divulgação dos áudios.

Situações como esta (a plateia conhecer conversas de bastidores) não são novidades. No início dos anos de 1990, por exemplo, o Ministro da Fazenda Rubens Ricupero conversava com um repórter, pouco antes de dar uma entrevista. Enquanto realizavam ajustes, as imagens foram transmitidas por microondas e captadas por alguns aparelhos. Nos bastidores o ministro disse uma frase chamada por Goffman de "comunicação imprópria". Disse o ministro: "Eu não tenho escrúpulos: o que é bom, a gente mostra; o que é ruim, a gente esconde". Com esta frase, fica claro o entendimento de representação, de atuação no palco da política (GASTALDO, 2008). Conforme Gastaldo (2008), "não tem problema nenhum mostrar o que é bom e esconder

6 https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/296393/Paran%C3%A1-Pesquisas-88-dos-brasileiros-querem-ren%C3%BAncia-de-Temer.htm

7 https://exame.abril.com.br/brasil/ao-vivo-stf-determina-afastamento-de-aecio-neves-do-mandato

8 https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1907019-base-aliada-de-temer-encolhe-40-depois-da-delacao-da-jbs.shtml

o que é ruim, o problema é os outros ficarem sabendo que fazemos isso" (p.151), especialmente se for um agente público como o ministro, neste caso, e o Presidente da República, no caso em análise.

Os desdobramentos das "comunicações impróprias" podem ser muitos, por exemplo, tornou insustentável a posição do ministro Rubens Ricupero que renunciou assim que soube que sua conversa havia se tornado pública. No caso das gravações envolvendo o presidente Michel Temer, não são conhecidos ainda todos os desdobramentos, mas pesquisas sobre a popularidade do governo e sobre o próprio presidente Michel Temer, como a divulgada em 25/05/17 pelo Jornal do Brasil, mostraram queda em sua aceitação e popularidade, atingindo índices menores do que 5%.

Sobre esse aspecto, analisou Goffman:

> Quando um ator se recusa a manter sua posição, quer seja ela de nível mais alto ou mais baixo que o da platéia, espera-se que o diretor, quando há um, e a platéia tenham má-vontade em relação a ele. Em muitos casos, o povo provavelmente também lhe fará objeção (2014, p.218).

Goffman ainda afirma que quando fatos perturbadores ocorrem, a interação pode sofrer interrupções e diz que "o indivíduo cuja representação tenha sido desacreditada pode se sentir constrangido enquanto os outros presentes podem tornar-se hostis (...) o minúsculo sistema social de interação face a face entra em colapso" (GOFFMAN, 2014, p.25) – é a crise.

O governo recém iniciado de Michel Temer, que se esforçava para criar a ideia de certo distanciamento das circunstâncias de irregularidades, supostamente cometidas por políticos que estavam no governo que o antecedeu e até mesmo de políticos próximos ao novo governo, começava a mostrar que não era tão diferente como queria parecer que era e a crise continuava a se apresentar para a sociedade brasileira.

Considerações finais

A análise da crise política nacional dos últimos anos mostra as fragilidades para manter a estabilidade e as contradições do sistema político brasileiro. Apesar de todos os esforços e manobras políticas e ao considerar o cenário político e social, a crise parece que ainda tende a se arrastar por um longo período, embora se perceba que atenuantes têm sido buscados para minimizar os efeitos desta crise.

Procurou-se ao longo deste trabalho analisar a crise política brasileira, especialmente a experimentada durante os últimos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do atual governo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A breve discussão conceitual sobre crise permitiu verificar que, embora possa haver uma diversidade conceitual sobre crise, estes conceitos possuem elementos estruturantes que permitem identificá-la, independente da área (econômica, política, etc.).

Sobre o governo do MDB, iniciado após o impeachment da Dilma Rousseff e um período de crise política e econômica, este se apresentava como uma solução para a crise brasileira, uma ponte para o tão invocado "Brasil, país do futuro". Porém, logo se percebeu uma nova crise relacionada a este novo governo e a ponte para o futuro começou a ser questionada.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comparou o governo de Michel Temer a uma "pinguela", ou seja, a uma ponte frágil e improvisada[9]. Nesta condição, o sonhado e esperado futuro não chegaria e sua travessia mostrava-se perigosa. Desta forma, a "autodeclarada solução para a crise", apresentou-se como uma nova crise, o que responde a uma das perguntas iniciais deste trabalho (Pode a solução de uma crise se tornar outra crise?).

As crises políticas possuem uma relação com as questões de representatividade e legitimidade, assim, entende-se que constitui um erro associá-la essencialmente aos agentes envolvidos nas mesmas. Deve-se

9 https://www.valor.com.br/politica/4794061/fhc-compara-governo-temer-3Fpinguela%3F-e-diz-se-esforcar-em-favor-dele

atentar para os elementos estruturantes da crise, dentre eles a ruptura, pois este elemento determinará o caminho que se tomará e onde se chegará ao fim da crise estabelecida; ou seja, se ocorrerá uma ruptura total, que leve a uma nova condição, ou uma ruptura parcial, que leve a um rearranjo estrutural e institucional.

Por ser muito abordado em conversas e discussões acadêmicas, carregado de dúvidas e incertezas, percebe-se que ainda há muito a se explorar sobre o tema e sobre as consequências da crise política para o sistema político brasileiro. Espera-se que em um futuro próximo, mais contribuições que explorem o tema permitam uma melhor contribuição do mesmo de forma que as novas discussões e conversas sejam mais estruturadas em conhecimentos adquiridos.

Espera-se ainda que as crises experimentadas no Brasil colaborem para que de alguma forma avanços sociais e políticos ocorram e que o "Brasil, país do futuro" definitivamente chegue e uma condição pós crise, verdadeiramente melhor seja experimentada pela sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

BASTIEN, Carlos. A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais. *Vértice*, nº 14. pp.11-19, 1989. Disponível em: < https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/759/1/ CBsenso.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Crise política e teoria da democracia: contribuições para a consolidação democrática no Brasil contemporâneo. *Revista de informação legislativa*: RIL. Brasília, vol. 53, n. 211, p. 11-33, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p11>. Acessado em: 20 ago. 2018.

CAMPOS, Marcos Paulo. Crise e Sociologia: limites e possibilidades de uma exploração conceitual. In: XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología, 2013, Santiago (CL). Acta Científica XXIX Congreso ALAS 2013, 2013.

DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas*: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. Tradução de Dalila Pinheiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DUBAR, Claude. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. Tradução de Roberta Console Akaoui e Mariana Toledo Ferreira. PLURAL, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, pp.175-184, 2011. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74528/78137>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SAUL, Renato Paulo. Crise-regeneração paradigmática da Sociologia e sistema econômico. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul/dez 2001, p. 222-240. Disponível em: < http://www. scielo. br/pdf/soc/n6/a10n6.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23. N. 68. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/ v23n68/v23n68a13.pdf>. Acessado em 14 jul. 2018.

GIL, Aldo Durán. Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978). 2003. 496 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. SP.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Sobre o conceito marxista de crise política. Crítica Marxista. São Paulo. v. 1, p. 9-27, 2016. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/ criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_06_03_06_32_57.pdf>. Acesso em 17 jul. 2018.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1987, Livro III, seção I, capítulo I.

MENDES, António Mira Marques. Subsídios para uma Teoria das crises políticas. In: Livro de Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Aveiro, SOPCOM , pp. 765-774. Comunicação apresentada ao Iº Congresso Ibercom, Málaga, 2001. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-antonio-subsidios-teoria-crises-politicas.pdf>. Acesso em 03 maio de 2018.

PARISI, Pedro. Retomada da indústria naval. Desafios do desenvolvimento. **Ano 10. Ed. 80. 2014. Disponível em:** < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view= article&id=3043&catid=28&Itemid=39>. Acesso em 21 ago. 2018.

ZWEIG, Stefan. Brasil: país do futuro. Rio de Janeiro: Delta, 1956.